

Por uma administração à esquerda: para além da lógica de mercado

RENATO NUNES BITTENCOURT*

Resumo

O artigo propõe uma mudança radical de paradigmas na dimensão da Administração, usualmente direcionada para a gestão de empresas privadas que se orientam pelo fornecimento de lucros para seus investidores e mantenedores, refletindo sobre a pertinência de uma gestão social comprometida com a causa pública em primeiro plano, inclusive fazendo uso de preceitos da administração socialista como método de dissolução da alienação humana.

Palavras-chave: Administração; Mercado; Emancipação; Cooperação; Socialismo.



* **RENATO NUNES BITTENCOURT** é Doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ. Professor da FACC-UFRJ.



Introdução

O presente artigo reflete algumas das minhas experiências como docente de cursos universitários de Administração, tanto de fomento privado como de fomento público, expressando os desafios pedagógicos latentes no projeto cultural de se lecionar disciplinas de conteúdo filosófico para essas turmas. Esses desafios intelectuais nascem não apenas pelo fato de que a ideologia da sociedade administrada desvaloriza a fundamentação do pensamento crítico que desmistifica as estruturas operacionais e as ideologias desse sistema tecnocrático, mas também porque essa concepção não aceita qualquer tipo de perspectiva axiológica que se contraponha aos parâmetros mercadológicos da civilização capitalista e seus baluartes fundamentais, as empresas e corporações privadas. Ora, como docente de Filosofia e como crítico contumaz da fundamentação capitalista da Administração, tenho plena ciência de que o trabalho de desconstrução da ideologia mercadológica que perpassa o imaginário dos profissionais corporativos é complexo e de longo prazo. Contudo, essa tarefa é gratificante, pois mesmo que não consiga transformar a mentalidade unidimensional de muitos futuros administradores devotos das leis mercadológicas, o fato de lhes apresentar o choque de realidade proporcionado pela crítica filosófica, que gera a má consciência nas inteligências incautas, é uma das realizações docentes mais especiais que

poderia conquistar, sinalizando assim que meu empreendimento filosófico logra êxito.

Paradigmas para a elaboração de uma Administração revolucionária

O curso de Administração, apesar de sua usual concepção mercadológica em conformidade as diretrizes ideológicas capitalistas, apresenta em sua estruturação curricular um caráter multidisciplinar. Tal circunstância, aproveitada por pensadores comprometidos com o projeto de mudança da gestão plutocrática da sociedade, poderia indubitavelmente proporcionar para todos os sujeitos envolvidos na dimensão administrativa a oportunidade de afirmação epistemológica da religação dos saberes, tal como proposta sabiamente por Edgar Morin:

Precisamos de um pensamento apto a apreender a multidimensionalidade das realidades, a reconhecer o jogo das interações e retroações, a afrontar as complexidades mais do que ceder aos maniqueísmos ideológicos ou às mutilações tecnocráticas – que só reconhecem realidades arbitrariamente compartimentadas e são cegas ao que não é quantificável. Precisamos abandonar a falsa racionalidade (MORIN, 2010, p. 112).

Filosofia, Direito, Psicologia, Sociologia, Economia, Logística, Matemática, Engenharia de Produção, Comunicação, Marketing, em suma, diversas áreas e segmentos epistêmicos reunidos em torno de um curso de suma

importância para o desenvolvimento empreendedor dos agentes sociais tanto nas acepções privadas como nas organizações públicas. Nessas condições, o reconhecimento da força crítica da pluralidade de discursos faz da pessoa envolvida nos paradigmas epistêmicos Administração um potencial agente da transformação cultural e política da organização social do porvir, cada vez mais dependente das articulações intrínsecas entre os saberes. Para Peter Drucker, um dos maiores pensadores dos sistemas organizacionais,

Os saberes sempre foram vistos como estrelas fixas, por assim dizer, cada um ocupando sua posição no universo do conhecimento. Na sociedade do conhecimento, os saberes são ferramentas e, como tais, dependentes de sua importância e posição quanto à tarefa a ser executada (DRUCKER, 2012, p. 206).

É imprescindível que se estabeleça entre os professores/pesquisadores dos cursos de Administração o projeto de intercâmbio intelectual, favorecendo assim a compreensão das particularidades das atividades epistemológicas como uma integração intelectual efetivamente construtiva, na qual tanto estudantes como docentes conseguem fortalecer e revitalizar suas próprias formações culturais e acadêmicas. Por isso é de suma importância epistemológica que os professores dos cursos de Administração desenvolvam a capacidade de conciliar suas competências intelectuais com as demandas pedagógicas do alunado.

Vejamos um exemplo ilustrativo: um docente de Filosofia que porventura ministre para as suas turmas de Administração conteúdos didáticos

epistemologicamente extrínsecos aos problemas fundamentais da prática administrativa corre o risco de gerar apatia e desinteresse intelectuais entre os seus alunos, mesmo que tal professor seja absurdamente flexível em seus métodos avaliativos, circunstância que acaba por enfraquecer a seriedade do seu próprio trabalho pedagógico. Quando autores clássicos da Filosofia são problematizados a luz de questões concernentes ao mundo da Administração, a situação se reconfigura consideravelmente, pois o docente consegue assim habilmente aproveitar as grandes contribuições filosóficas desses pensadores para a história do conhecimento humano inserindo-as no cerne da axiologia administrativa, estimulando seus estudantes a refletirem criticamente sobre os seus próprios projetos existenciais e paradigmas profissionais, pois a presença do discurso filosófico na Administração não visa cancelar o status quo, mas analisá-lo em seus fundamentos e propor assim mudanças radicais dos paradigmas que sustentam ideologicamente as atividades organizacionais da sociedade tecnocrática. Se porventura nem mesmo através do projeto integrador dos saberes conforme proposto pelo professor os estudantes demonstram disposição para a análise de problematizações filosóficas, ao menos fica registrado que o professor se esforçou didaticamente para fazer essas conexões pedagogicamente relevantes, e não lhe cabe ter qualquer tipo de complacência perante esse alunado intelectualmente displicente.

Um curso que prepara futuros gestores para uma organização social cada vez mais cindida por crises estruturais, que adota a orientação econômica conforme as regras do mercado e que exige extraordinário senso de competitividade

não pode permitir gestos piedosos dos seus docentes para com alunos que não conseguem administrar convenientemente suas próprias vidas pessoais e assim se tornam relapsos e indolentes em seus estudos. Esse é o preço a se pagar pela legitimação incondicional do sistema de mercado como o caminho maior rumo ao progresso contínuo da sociedade e das organizações. Muitos estudantes de Administração vestem a pele de cordeiro solicitando benesses dos seus professores para que tolerem suas faltas e aumentem suas notas nas avaliações para que possam pleitear vagas em empresas conceituadas, mas agem como raposas quando defendem a pretensamente inquestionável ordem do mercado e defendem como algo natural a opressão dos gestores burocratas sobre seus subordinados. Conforme argumenta Mauricio Tragtenberg,

O sistema capitalista perpetua-se porque ele produz escravos a quem é inculcada, desde a infância, uma necessidade de segurança, que se traduz socialmente por uma fé absoluta nas instituições e na "verdade" do poder, de uma tal religiosidade que o sacrifício de si, a ideologia da renúncia à subjetividade e seus prazeres proibidos, adoração mística do poder e o culto do chefe terminam por eliminar toda possibilidade autônoma de pensamento (TRAGTENBERG, 2005, p. 139).

Para que essa mentalidade autoritária da cultura organizacional se modifique, talvez seja de suma importância que os alunos dos cursos de Administração não apenas sejam capacitados pedagogicamente a desenvolver a consciência humanista de que são pessoas concretas que controlam as atividades organizacionais das corporações, mas também que existem formas alternativas de gestão

empresarial que não se associam aos critérios excludentes do regime capitalista em sua expressão mais predatória, favorecendo assim a emancipação social dos sujeitos. Para Viviane Forrester,

A competitividade serve de pretexto para os inumeráveis excessos cometidos em seu nome, mas serve também às degradações cruéis, ainda que menos espetaculares, das condições gerais de trabalho e de vida. Serve para dar a essas explorações uma aparência lógica, indispensável e mesmo favorável aos olhos dos explorados. Ela não tem outro objetivo que o lucro - o lucro a qualquer preço, cuja função é cada vez mais ignorada (FORRESTER, 2001, 37).

Como a nossa proposta filosófica consiste justamente em quebrar a estrutura opressora do regime capitalista e desmistificar sua ideologia alienante mediante a mudança de pensamento no próprio cerne da Administração, a palavra de ordem "competitividade" deve ceder lugar para o conceito de "cooperação". Somente assim a experiência dialética da transformação social se concretiza de forma autêntica, favorecendo o intercâmbio dos sujeitos mediados pelo mundo na sua busca por empoderamento e autorrealização existencial na qual os benefícios decorrentes da conquista são partilhados entre esses sujeitos em relação laboral humanizada. A cooperação vence o egoísmo e promove a solidariedade empreendedora que estimula a superação das dificuldades materiais cotidianas, fortalecendo então os vínculos societários. Jeremy Rifkin acredita de modo otimista que o capitalismo predatório se transformará no capitalismo beneficiador de todo o gênero humano quando a consciência solidária dissolver os preconceitos

nacionalistas e todas as barreiras identitárias não obstem o intercâmbio cultural entre os povos:

Na nova era, os mercados competitivos darão lugar a redes colaborativas, e o capitalismo de cima para baixo vai se tornar cada vez mais marginalizado pelas novas forças do capitalismo distribuído (RIFKIN, 2012, p. 126).

Apesar de respeitar a envergadura intelectual de Rifkin, considero improcedente a sua crença de que o capitalismo possa se tornar no futuro um sistema beneficiador de toda a humanidade, libertando-a de toda forma de privação material, cultural e existencial. A gestão capitalista, mesmo que se regule por critérios morais de promoção da dignidade humana e do bem-estar da massa trabalhadora através de medidas públicas de regulação econômica, necessita, por uma ordem estrutural, da manutenção do sistema de produção alienado, mesmo que em intensidade menor; tanto pior, o dito “capitalismo com face humana” apenas atenua a opressão sobre a força vital do trabalhador e a exploração desenfreada dos recursos naturais através de medidas produtivas imputadas como ecologicamente sustentáveis que apenas amenizam as agressões sobre o meio ambiente e sobre os trabalhadores inseridos nesse sistema. Joel Bakan argumenta que

A retórica benevolente e as ações de responsabilidade social corporativa podem criar imagens corporativas atraentes, e provavelmente fazem algum bem ao mundo. Mas, no entanto, elas não medem a natureza institucional fundamental da corporação: seu compromisso inabalável com seu próprio interesse [...] A crença de que a bondade corporativa e a responsabilidade social podem e devem ser alcançados pelas forças

do mercado, a ponto de as regulações do governo se tornarem desnecessárias, tem como base o perigoso desprezo pela importância da democracia (BAKAN, 2008, p. 60; p. 183-184).

O capitalismo não pode ser reformado, pois a única solução para a realização da libertação humana perante as amarras do mercado consiste em sua destruição, e após a limpeza dos seus escombros será erguida a sociedade comunista, emancipadora não apenas do gênero humano, mas de toda a biosfera, pois nesse novo paradigma as necessidades vitais humanas serão satisfeitas adequadamente e a frugalidade se tornará a disposição fundamental que regulará o modo de ser da existência humana em sua configuração societária, pois não haverá pressões mercadológicas para a elevação constante do índice de produtividade e o poder de consumo não será mais imputado como divisor interpessoal que concede valor aos sujeitos. Segundo István Mészáros,

O Capital – por sua própria natureza e suas determinações internas – é incontrolável. Portanto, investir as energias de um movimento social na tentativa de reformar um sistema de fato incontrolável é um empreendimento muito mais infrutífero que o trabalho de Sísifo, já que a simples viabilidade mesmo da reforma mais limitada é inconcebível sem a capacidade de controlar aqueles aspectos ou dimensões do complexo social que se tenta reformar (MÉSZÁROS, 2010, p. 144).

Para mudar a ordem do mundo, não basta apenas usar as armas da crítica em um posicionamento axiológico teórico, mas também se inserir nas próprias estruturas administrativas de cunho privado e transformá-las

radicalmente, convertendo-as em organizações comprometidas com um amplo índice de beneficiamento social, para além da busca sôfrega por lucratividade para seus acionistas. Eis assim a importância da inoculação do pensamento subversivo na formação pedagógica dos cursos de Administração, pois é cada vez mais urgente que pensemos as estruturas organizacionais como associações potencialmente capazes de favorecer o progresso social dos sujeitos mediante a conquista da cidadania plena e do aprimoramento das suas condições vitais sem que a corrosão da exploração laboral exerça seus efeitos deletérios sobre os organismos humanos. Conforme argumenta Axel Honneth,

Onde os membros da sociedade encontram-se cada vez mais obrigados a se manter profissionalmente competitivos, e em função disso demonstram disposição individual para o desempenho, onde a flexibilização para a vida profissional converte-se em coerção diária a se orientar privadamente segundo suas próprias oportunidades de ascensão, ali quase não se pode mais falar em disposição desinteressada para a participação pessoal, indispensável à manutenção de amizades de confiança (HONNETH, 2015, p. 254).

Urge que se dissolva a visão unidimensional da Administração como orientação incondicional para o mercado, imputado como o grande soberano da sociedade capitalista, sua razão maior, inquestionável. Essa perspectiva reducionista da ação econômica é defendida ferrenhamente por um grande ideólogo do projeto neoliberal:

Foi a submissão às forças do mercado que possibilitou o progresso de uma civilização que,

sem isso, não se torna desenvolvido. É, portanto submetendo-nos que ajudamos dia a dia a construir algo cuja magnitude supera a nossa compreensão (HAYEK, 2010, p. 193).

Acima dos negócios privados encontram-se as demandas societárias da coisa pública, e o individualismo narcísico que prevalece na sociedade de consumo é absolutamente incompatível com as mudanças radicais pelas quais a ordem social deve passar para promover o beneficiamento coletivo em todas as suas instâncias concretas. Assim como o pensamento fragmentado de outrora, limitador da atividade reflexiva, cada vez mais é contestado em prol do pensamento holístico de caráter transdisciplinar, assim também a concepção de atividade administrativa deve superar suas limitações axiológicas usuais comprometidas com a lucratividade privada e dissolver o fetiche mercadológico que reveste suas orientações corporativas privatistas e afirmar hegemonicamente a dimensão social da gestão pública. O aumento contínuo dos índices dos lucros corporativos não é conquistado sem que a massa trabalhadora das indústrias seja explorada rigorosamente em suas linhas de produção, e as consciências ingênuas dos indivíduos consumistas, alheios a todo tipo de sofrimento espalhado pelo mundo, sequer podem conceber o modo de vida desses trabalhadores alheados de sua própria humanidade, e mesmo que conhecessem tais detalhes grotescos, certamente pouco lhes importaria, pois o que interessa ao consumista idiotizado é usufruir desenfreadamente os bens materiais conquistado com o suor do seu rosto e fruir os prazeres da vida sem maiores preocupações morais. De acordo com Ignacy Sachs,

Infelizmente, o crescimento econômico promovido pelas forças do mercado traz, mesmo quando bem-sucedido em nível econômico, resultados sociais opostos aos almejados: as diferenças sociais aumentam, a riqueza se concentra na mão de uma minoria, com marginalização simultânea de uma parcela importante da população (SACHS, 2008, p. 118).

Uma gestão administrativa pautada nos princípios socialistas não coaduna com tal modo de ser, pois o estranhamento produtivo e o fetichismo da mercadoria, concernentes ao sistema laboral capitalista degradador da dignidade humana, são abolidos nessa concepção libertária do trabalho humano. Para Karl Polanyi,

O socialismo é, na sua essência, a tendência inerente a uma civilização industrial de transcender o mercado autorregulável, subordinando-o, conscientemente, a uma sociedade democrática. Ele é a solução natural para os trabalhadores industriais que não veem qualquer motivo para que a produção não seja diretamente regulada e que os mercados sejam mais do que uma característica útil, mas subordinada, numa sociedade livre (POLANYI, 2002, p. 256).

As falácias da dita “administração científica” proposta por Taylor impediram a compreensão orgânica das contradições que perpassam a dimensão produtiva das indústrias e de todos os segmentos fabris que se utilizaram de alguns elementos dessa metodologia alienante: “O principal objetivo da Administração deve ser o de assegurar o máximo de prosperidade ao patrão e, ao mesmo tempo, o máximo de prosperidade ao empregado” (TAYLOR, 2012, p. 24). A riqueza de uma empresa e de seus investidores é inversamente proporcional ao processo

de degradação metabólica dos seus funcionários, e somente através de mobilizações coletivas e greves gerais os trabalhadores conseguem obter um pouco mais de reconhecimento por suas demandas profissionais. Taylor, fechando seus olhos e sua obtusa percepção para a história do regime capitalista de produção, pressupunha que a concretização dos princípios da pretensa “administração científica” promoveria as condições para o estabelecimento da harmonia entre patronato e empregados:

A administração científica significará, para os patrões e operários que a adotarem – e particularmente para aqueles que a implantaram, em primeiro lugar – a eliminação de todas as causas de disputa e desentendimento entre si (TAYLOR, 2012, p. 102).

Essa ideia não é ingênua ou utópica, mas ideologicamente falseadora, pois Taylor, sendo um zeloso engenheiro de produção ao serviço do empresariado, compreendia convenientemente as contradições internas da gestão capitalista, e nem mesmo a mentalidade mais otimista poderia acreditar que no futuro se estabeleceria a paz e a cooperação entre a elite empresarial e a massa trabalhadora, pois a gestão produtiva capitalista pressupõe a perpetuação do distanciamento entre os interesses espoliadores da elite empresarial e as demandas laborais da massa trabalhadora. Conforme argumenta Mauro Luís Iasi,

A sociedade capitalista, por mais hipócrita que isso possa parecer, se autoproclama a sociedade da harmonia. O indivíduo em conflito é isolado como se não expressasse uma contradição, mas fosse ele mesmo a contradição, mais que isso, culpado por sua existência. Enquanto isso, o “alienado” recebe

o rótulo de normal (IASI, 2011, p. 37).

A “administração científica” se arroga resolver os problemas que prejudicam a elevação do índice de produtividade, configurando-se como o grande projeto racionalista da sociedade tecnocrática no seu esforço de superar toda forma de contingência, de acasos, de erros, de acidentes, de incidentes, diminuindo os seus efeitos negativos para o desenvolvimento produtivo e, por conseguinte, o aumento da lucratividade patronal. Herbert Marcuse apresenta uma crítica a tal projeto tecnocrático:

Quanto mais racional, produtiva, técnica e total se torna a administração repressiva da sociedade, mais inimagináveis se tornam os meios e modos pelos quais os indivíduos administrados poderiam quebrar sua servidão e tomar sua liberdade em suas próprias mãos (MARCUSE, 2015, p. 45).

A estupidez dessa doutrina capitalista reside no fato de que a vida humana é regida pela contingência, o que torna impossível um controle pleno sobre suas inúmeras possibilidades, circunstância que não deve jamais se tornar uma disposição fatalista que paralise as capacidades transformadoras dos sujeitos, mas que lhes faça compreender que por trás da razão organizadora existe um poder natural incapaz de ser completamente administrado pela inteligência humana. Gareth Morgan apresenta uma competente síntese da fabulação profissional de Taylor:

A vida de Taylor fornece uma ilustração esplêndida de como preocupações e inquietações inconscientes podem ter efeitos na organização. É evidente que toda a sua teoria da administração científica foi produto de lutas

interiores de uma personalidade perturbada e neurótica. Os seus esforços para controlar e organizar o mundo seja em jogos infantis, seja dentro dos sistemas da administração científica é, na realidade, uma tentativa de controlar e organizar-se a si próprio (MORGAN, 2013, p. 211).

O erro e o fracasso são acontecimentos importantes para o desenvolvimento de uma gestão crítica na Administração, pois desperta no sujeito a ideia de que é importante a revolução permanente em seus caracteres proativos, destruindo assim as certezas existenciais que muitas vezes se cristalizam e impedem a renovação da maneira de pensar a atividade administrativa nas suas intervenções nas organizações sociais. Nesse contexto, algumas indagações se tornam pertinentes: Por que o sucesso incondicional? Qual o preço metabólico e existencial a se pagar pela ascensão profissional? Por que a preguiça não pode ser valorizada como uma disposição favorável ao despertar da potência criativa do sujeito? A ideologia capitalista prega a busca incessante pelo sucesso como a meta do empreendedor, mas na organização capitalista nem todos os sujeitos, mesmo que dotados de capacidade proativa e dedicação ao trabalho, conseguem obter a sonhada autorrealização profissional, pois a crise econômica que abala inúmeras carreiras é um instrumento regulador que obsta a própria progressão material dos sujeitos, tornando-os submissos aos parâmetros da flexibilidade profissional.

Para a construção de uma nova forma de organização administrativa, o conflito se torna imprescindível para a transformação das bases burocráticas na qual se assentam as corporações, pois somente assim os trabalhadores subalternos conseguirão expressar convenientemente suas necessidades

existenciais, em uma grande luta por reconhecimento desprovida de regras plácidas de contestação. Daí a importância das greves, dos boicotes e de todo tipo de resistência estrutural ao regime opressivo da exploração laboral. A gestão socialista da produção suprime a exploração patronal, concedendo aos trabalhadores organizados os meios de produção necessários para seu empoderamento profissional, favorecendo assim a genuína cooperação entre os sujeitos envolvidos nesse processo de trabalho livre dos efeitos alienantes, fetichistas e reificadores que não apenas destrói a humanidade do trabalhador, como também dissolve suas capacidades de mobilização sociopolítica.

Alguns pensadores e temáticas são imputados como tabus na problematização crítica da Administração, encontrando grande resistência não apenas dentre os planejadores das grades curriculares, mas também entre o tipo de aluno que insiste em se considerar como um empresário em potencial, adotando, dessa maneira, o ethos do sistema corporativo, não apenas no vestuário adornado, mas acima de tudo no discurso economicista marcadamente capitalista em sua segmentação neoliberal. Essa adequação dos princípios administrativos aos parâmetros mercadológicos mais desumanos se converte em dogma inquestionável, tornando a organização empresarial a estrutura onipotente, acima de toda esfera pública. Marx apresenta uma contundente análise sobre a administração capitalista da produção e como ela violenta a humanidade do trabalhador, pois lhe retira não apenas sua vitalidade criadora, mas também sua dignidade:

A exteriorização do trabalhador em seu produto tem o significado não somente de que seu trabalho se torna um objeto, uma existência externa, mas, bem além disso, que se torna uma existência que existe fora dele, independente dele e estranha a ele, torna-se uma potência autônoma diante dele, que a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha (MARX, 2004, p. 81).

A obra de Marx é considerada uma heresia para os direitistas da Administração, pois viola a boa consciência da rapinagem mercadológica e seus efeitos imediatos na cisão social. A defesa de qualquer modo de administração pautada em princípios situados para além da lógica totalitária do mercado gera estranhamento nas mentalidades bitoladas dos ideólogos e dos estudantes entusiastas da falsa capacidade da economia capitalista e de suas fundações privadas se autorregularem sem a dependência da organização estatal que gerencie convenientemente a coisa pública e suas finanças, assim como as iniciativas pessoais. A análise concreta da estruturação econômica e política do regime capitalista evidencia que, a despeito da defesa do Estado Mínimo, o empresariado e a elite rapinante do erário público não hesitam em recorrer aos cofres governamentais para obter investimentos em negócios que servem apenas aos interesses privados dos seus acionistas ou para salvar seus bancos e corporações pautadas pela especulação financeira da falência. O Estado, na gestão capitalista, é mínimo apenas para a satisfação dos interesses efetivos da população, mas máximo na repressão a todo dissenso social e no auxílio aos grandes empresários descompromissados de qualquer causa social. Sob a dita bandeira liberal, esse modelo de Estado

não hesita em agir de forma similar ao autoritarismo ditatorial, uma autêntica plutocracia fascista.

Há estudantes de cursos de Administração que, não obstante seu pertencimento aos grupos economicamente desfavorecidos da sociedade capitalista (sendo inclusive comumente explorados profissionalmente por seus patrões), não se reconhecem como tais, defendendo posições extremamente reacionárias em seus discursos, chancelando assim a opressão do sistema capitalista como algo natural e justo. Isso nada mais é do que efeito da dominação ideológica exercida pelo patronato sobre as massas economicamente desfavorecidas que sonham, no entanto, com o sucesso profissional mediante adequação incondicional aos signos do mercado. A estratégia elitista de controle sobre as aspirações existenciais das massas oprimidas ocorre através da inoculação nessas consciências cindidas de que elas não são de fato oprimidas, mas sim uma classe social emergente dotada de poder de consumo e, portanto, signatária da cidadania, desde que ela desenvolva ao máximo suas competências empreendedoras, isto é, trabalhando arduamente pelo progresso econômico do empresariado espoliador. Contudo, sobre essas massas proletárias repousa ainda toda estigmatização social, pois são imitadores dos hábitos burgueses sem que possuam, no entanto, a etiqueta das classes mais abastadas financeiramente.

A relação entre empreendedorismo capitalista e as falácias da Teologia da Prosperidade é um grande mecanismo alienador da consciência daquele que se deixa enganar por tal relação mistificadora. Os fundamentos dessa blasfema visão de mundo que torna Deus um grande banqueiro que outorga

suas bênçãos sagradas no formato de benesses monetárias aos fiéis fervorosos se encontram de maneira embrionária nas bases da ética puritana e seu neurótico empreendedorismo laboral, tal como muito bem analisada por Max Weber:

A riqueza é reprovável precisamente e somente como tentação de abandonar-se ao ócio, à preguiça e ao pecaminoso gozo da vida, e a ambição de riqueza somente o é quando o que se pretende é poder viver mais tarde sem preocupação e prazerosamente. Quando porém ela advém enquanto desempenho do dever vocacional, ela é não só moralmente lícita, mas até mesmo um mandamento (WEBER, 2004, p. 148).

Nessa visão de mundo extravagante, o sujeito acredita que a graça divina lhe outorgou a riqueza material como uma dádiva decorrente de sua demonstração fanática de fê, quando em verdade todo o seu sucesso material decorre dos frutos dos seus esforços ascéticos de produtividade ou mesmo, em casos menos nobres, quando a pessoa detentora da pujança financeira obteve o seu acúmulo de dinheiro e bens materiais mediante exploração da mão-de-obra sob seu comando. Não há nada de divinamente meritório em tal sucesso material, não obstante a estúpida crença em contrário. João Manuel Cardoso de Mello e Fernando Novais salientam que

O capitalismo cria a ilusão de que as oportunidades são iguais para todos, a ilusão de que triunfam os melhores, os mais trabalhadores, os mais diligentes, os mais “econômicos”, mas, com a mercantilização da sociedade, cada um vale o que o mercado diz que vale (MELLO & NOVAIS, 2009, p. 22).

O maior fundamento ético da Administração é o autogerenciamento pessoal, mediante procedimentos que forneçam ao sujeito capacidade de se emancipar socialmente perante toda forma de opressão, tornando-se, na medida das circunstâncias, o menos dependente possível das flutuações de causas externas. Antes de formar um futuro administrador de empresas voltado devotamente ao crivo do mercado, o curso de Administração deve formar sujeitos críticos que lutam por autonomia em todas as suas dimensões existenciais. Nessas condições, é incompatível com o espírito empreendedor da Administração a aceitação de posicionamentos axiológicos conservadores. De nada adianta a um administrador gerenciar processos organizacionais e comandar funcionários se porventura ele não é capaz de administrar a si mesmo, seja seu tempo disponível, suas competências, suas habilidades empreendedoras, suas aptidões.

Coisa curiosa, muitos estudantes de cursos de Administração, idiotizados pela crença na soberania onipotente do mercado, exigem de seus docentes que sejam flexíveis para com eles, de modo a favorecê-los em suas demandas pessoais, quando tal procedimento é uma violação do próprio mecanismo seletivo do mercado capitalista, cada vez mais excludente e pouco afeito aos sujeitos despreparados para suas agruras corporativas. O que caberia a tais estudantes seria desenvolver a capacidade de se tornarem sujeitos intelectualmente providos de potência crítica e transformadora, para que no porvir as bases autoritárias do mercado capitalista fossem substituídas por uma gestão pública comprometida com o efetivo bem-estar coletivo para além

dos interesses egoístas do empresariado. Roger Garaudy argumenta que

Botar o mundo com os pés no chão é antes de tudo devolver ao mercado sua verdadeira função, que é a de ser o lugar de emergência e satisfação das necessidades materiais e espirituais autenticamente humanas (GARAUDY, 1995, p. 70).

A Administração se corrompeu pela égide do regime capitalista, tornando-se um sistema burocrático mantenedor do status quo, quando em verdade deveria conceder ao sujeito as habilidades necessárias para se tornar a força vanguardista da transformação social. Nesse quesito, o saber filosófico é de grande importância para o resgate do caráter efetivamente empreendedor da atividade administrativa, pois nos mais diversos períodos históricos grandes pensadores realizaram frutíferas contribuições sobre a importância de uma gestão da coisa pública beneficiadora do tecido social, para além dos exclusivismos elitistas da plutocracia. Por conseguinte, a administração pública comprometida com o progresso social e com a qualidade de vida dos sujeitos deve se tornar o baluarte da organização política, colocando assim em segundo plano a gestão privada e seus aspectos individuais, pois como o ser humano é um ser social que, em condições ótimas, exerce continuamente suas habilidades de comunicação interpessoal e depende de redes de cooperação para afirmar sua própria existência, a valorização da dimensão privada/individual, apesar de ser razoavelmente legítima axiologicamente quando pautada pelo senso de responsabilidade social efetivo, não pode jamais prevalecer sobre o plano público da existência em suas múltiplas interfaces.

Talvez a expropriação da propriedade privada, tática extrema adotada outrora pelos revolucionários governos comunistas, seja atualmente considerada como um procedimento inconcebível no seio da civilização capitalista vigente. Porém, as organizações sociais de base, mediante a luta multitudinária por reconhecimento político e por qualidade plena de vida para todos os trabalhadores possam forçar o empresariado a se tornar um grupo contribuinte para a promoção do bem-estar social como um exercício concreto de cidadania, e não como uma jogada mercadológica que concede para a corporação o almejado selo de responsabilidade social, fetiche que agrega valor para a empresa em decorrência do apreço que grande parte da esfera pública manifesta por tal tipo de iniciativa pretensamente comprometida com o progresso social. Todavia, apesar de seu caráter chocante, a expropriação das empresas das mãos dos executivos e acionistas e sua transferência para cooperativas populares organizadas não deve ser excluída da pauta de uma administração social orientada pelos princípios comunistas genuínos. Nesse rol seriam incluídas empresas que exploram continuamente as capacidades laborais dos trabalhadores inserindo-os na dimensão da miserabilidade, assim como empresas que degradam impunemente o meio ambiente com procedimentos poluentes, além das empresas que praticam sonegação fiscal e assim prejudicam a administração financeira da coisa pública; tais empresas deveriam ser inapelavelmente expropriadas dos seus mantenedores e cedidas aos corpos políticos de trabalhadores organizados em cooperativas, que tomariam assim as rédeas dos processos produtivos e desenvolveriam uma gestão fabril

conveniente aos seus propósitos estabelecidos. Tal projeto pode parecer uma absurdidade para a consciência burguesa de mundo, que se atrela ferrenhamente ao dogma sagrado da inviolabilidade da propriedade privada. No entanto, muito mais terrível para a efetivação do progresso social é a defesa burguesa da ditadura militar e do reacionarismo teocrático praticado pela corja de políticos rapinantes incrustados no poder constituinte. Para que possamos modificar a gestão social, é imprescindível que modifiquemos também a maneira de pensar, e assim torna-se insustentável a legitimidade jurídica das corporações que objetivam apenas proporcionar a contínua ampliação da taxa de lucros dos seus acionistas, sem que a estrutura social seja beneficiada diretamente.

Considerações finais

Para o sectário da lógica do mercado como um valor absoluto, uma ditadura militar ou qualquer outra forma de autoritarismo governamental possuiria mais legitimidade do que um processo revolucionário comunista, pois o infame regime tirânico chancela a ordem totalitária do mercado, enquanto a gestão comunista suprime a mesma. Por isso constatamos na vida prosaica a grande dificuldade da massa social, inclusive a paulatinamente explorada pelo sistema produtivo capitalista, em combater a opressão mercadológica desse regime em cuja imagem social se reveste como uma instância libertária. Em verdade, a gestão capitalista promove a servidão voluntária, pois o cidadão perde sua dignidade humana, política e social, para se tornar um mero produtor alienado guiado por inteligências administrativas extrínsecas e um consumidor passivo regulado pelos ditames normativos da publicidade e do sistema da Moda.

Nessas circunstâncias, afirmo categoricamente que é imprescindível a transformação das bases valorativas pelas quais pautamos nossa gestão pessoal e nossa atuação produtiva no sistema capitalista, cada vez mais insustentável nos mais diversos critérios: metabólicos, econômicos e ambientais. Segundo István Mészáros,

O êxito do Capital consiste apenas em postergar o momento em que se tornará uma necessidade inevitável enfrentar os graves problemas de seu sistema, que até o momento continuam-se a se acumular (MÉSZÁROS, 2007, p. 76).

O crescimento contínuo da produtividade industrial e a demanda incessante por serviços comerciais promove a exaustão das forças vitais dos seres humanos e da própria biosfera, exigindo uma mudança de paradigmas econômicos, epistemológicos e políticos. A pretensa liberdade capitalista somente favorece a preservação dos interesses autocentrados de uma elite situada acima de toda intervenção jurídica, enquanto a grande massa humana encontra-se submetida ao crivo da necessidade laboral para obter sua parca sobrevivência e sofre a cada dia os rigores dos aparatos repressivos do sistema punitivo. A liberdade na gestão administrativa capitalista, a rigor, consiste apenas em escolher entre produto x ou y, jamais proporcionando a emancipação plena dos sujeitos de toda dominação laboral, econômica ou política. Como saída desse estado de menoridade existencial do homem regulado pela ordem normativa do mercado, encontramos o sistema comunista, cuja fundamentação filosófica não apenas promove uma mudança radical na gestão da vida econômica da sociedade, mas também na consciência ética do sujeito,

finalmente emancipado da falsa compreensão da realidade promovida pela alienação produtiva, pelo fetichismo da mercadoria e pela reificação da vida, problemas estruturais do capitalismo que impedem a associação coletiva dos sujeitos sociais em uma grande luta pela supressão do sistema opressivo vigente em prol de uma gestão coletiva da existência pautada na cooperação rumo a uma configuração alternativa da própria vida no mundo. Eis assim a importância filosófica de se promover no processo formativo dos administradores a pertinência da gestão social comunista, trajetória efetiva de mudança da forma de vida de uma ordem política decadente e descomprometida com o beneficiamento global da humanidade e da biosfera. A transformação da ordem vigente exige que nademos contra a maré, contra todas as pretensas evidências inquestionáveis que, na verdade, se desmancham no ar quando submetidas ao crivo da crítica dos fundamentos.

Referências

- BAKAN, Joel. **A Corporação: a busca patológica por lucro e poder**. Trad. de Camila Werner. São Paulo: Novo Conceito, 2008.
- DRUCKER, Peter. **Administração na era das grandes transformações**. Trad. de Sabine Höllner. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- FORRESTER, Viviane. **Uma estranha ditadura**. Trad. de Vladimir Safatle. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.
- GARAUDY, Roger. **Rumo a uma guerra santa? O debate do século**. Trad. de Angela Melim. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- HAYEK, F. A. **O caminho da servidão**. Trad. de Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.
- HONNETH, Axel. **O Direito da Liberdade**. Trad. de Saulo Krieger. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

IASI, Mauro Luís. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARCUSE, Herbert. **O Homem Unidimensional: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada**. Trad. de Robespierre de Oliveira, Deborah Cristina Antunes e Rafael Cordeiro Silva. São Paulo: Edipro, 2015.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Trad. de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando. **Capitalismo tardio e sociabilidade moderna**. São Paulo: Ed. UNESP; Campinas: FACAMP, 2009.

MÉSZÁROS, István. **Atualidade histórica da ofensiva socialista: uma alternativa radical ao sistema parlamentar**. Trad. de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o Socialismo no século XXI**. Trad. de Ana Cotrim e Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.

MORGAN, Gareth. **Imagens da Organização**. Trad. de Cecília Whitaker Bergamini e Roberto Coda. São Paulo: Atlas, 2013.

MORIN, Edgar. **Em busca dos fundamentos perdidos** – textos sobre o marxismo. Trad. de Maria Lucia Rodrigues e Salma Tannus. Porto Alegre: Sulina, 2010.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Trad. de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

RIFKIN, Jeremy. **A Terceira Revolução Industrial: como o poder natural está transformando a energia, a economia e o mundo**. Trad. de Maria Lúcia Rosa. São Paulo: M. Books do Brasil, 2012.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluído, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

TAYLOR, Frederick W. **Princípios de Administração Científica**. Trad. de Arlindo Vieira Ramos. São Paulo: Atlas, 2012.

TRAGTENBERG, Maurício. **Administração, Poder e Ideologia**. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Trad. de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.